



BRASIL

Dia Nacional da Saúde: 8 notícias para entender as ameaças ao SUS

PÁG. 7

EDITORIAL

Olimpíada e organização da sociedade

PÁG. 2

SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL

Fisenge lança caderno sobre 50 anos do SMP

PÁG. 8



Golpe: Dilma Rouseff é afastada

Outro dia 31 entra para a história como o dia em que derrubaram um governo eleito democraticamente pelo povo

PÁGINAS 4 e 5

OLIMPÍADAS E GLOBALIZAÇÃO DA SOLIDARIEDADE

Em um mundo com áreas seriamente conflagradas por guerras, pelo crescimento das ações terroristas na Europa e outros países, pelos milhões de refugiados se deslocando de um país para outro em busca de abrigo, pelo aumento da miséria e desigualdade nos países mais desenvolvidos, um acontecimento como as Olimpíadas coloca pelo menos uma pausa, mesmo que fugaz em tanto sofrimento. Além disso, mesmo sem ter este propósito ela acaba preenchendo uma importante lacuna política.

A partir de 2001 tivemos em Porto Alegre edições seguidas do Fórum Social Mundial com o objetivo de discutir amplamente e com representações políticas, sindicais e de movimentos sociais e organizações não governamentais os problemas sociais, econômicos e políticos que afligem a humanidade naquela conjuntura e suas implicações locais como uma resposta ao Fórum de Davos na Suíça, espaço oficial do grande capital e dos governos das potências mundiais.

Embora o FSM não tivesse o propósito de se tornar permanente muito menos de se institucionalizar foi um grande erro tê-lo deixado desaparecer. Quando vemos na TV um espetáculo como o da abertura das Olimpíadas uma forte emoção nos domina e nos faz lembrar a principal bandeira do FSM: Pela globalização da solidariedade. E o clima das Olimpíadas volta a embalar em nós um sonho muito antigo de que um novo mundo é possível.

Onde estão as engenheiras?

SIMONE BAÍA

Desde a infância, nós, mulheres, ouvimos que matemática “não é coisa de menina”. Este pensamento afasta meninas e mulheres da ciência e das áreas de exatas. Isso acontece porque vivemos em uma sociedade patriarcal, que enquadra as mulheres em posições secundárias. Na engenharia, uma área ainda predominantemente masculina, a situação pouco muda. A maioria dos alunos e professores ainda é de homens nas universidades, assim como na ocupação dos espaços de poder e cargos de chefia no mercado de trabalho. Mas estamos avançando e o número de mulheres engenheiras formadas tem aumentado consideravelmente nos últimos anos. Na Universidade de Dartmouth (EUA), entre os formandos do curso de engenharia este ano, 54% são mulheres. Este é um marco histórico, pois, pela primeira vez, um curso de engenharia nos EUA forma mais mulheres do que homens.

No Brasil, dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, divulgada pelo IBGE em 2013, revelam que as mulheres são maioria da população, equivalente a 51,4%. Em Minas Gerais, a pesquisa “Perfil da Mulher Mineira”, realizada pelo Dieese e Senge-MG, apontou que algumas especialidades da engenharia apresentam uma diferença de quase 30% nos salários. De acordo com o levantamento, a única especialidade em que as engenheiras ganham salários maiores é na Engenharia de Agrimensura. Na Engenharia Civil, por exemplo, as engenheiras recebem, em média, 8,5% a menos do que os en-

genheiros. Já na Engenharia Química, o salário das engenheiras é, em média, 29% menor do que o salário dos engenheiros.

A luta por igualdade de direitos também começa na organização da classe trabalhadora. Isso significa transversalizar a questão de gênero no movimento sindical. Para isso, os sindicatos precisam promover políticas de acolhimento às mulheres, debates e formação. Uma entidade inclusiva precisa pensar em creches e espaços recreativos para os filhos das mães trabalhadoras, nos horários das reuniões, cláusulas específicas nos Acordos e

Convenções Coletivas de Trabalho e em representatividade. Estas políticas constroem pertencimento e identidade. As mulheres se reconhecem nos espaços políticos, se empoderam e ocupam os espaços. É fundamental que os sindicatos

incluam em seus estatutos secretarias/diretorias específicas sobre gênero e também tenham o compromisso de eleger mulheres em suas diretorias com o esforço permanente de aproximá-las do movimento sindical. No final do ano passado, o 12º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CONCUT) consolidou a paridade na composição da direção.

Se caminharmos em direção ao acolhimento, ao respeito às identidades e ao pertencimento, chegaremos à resposta do título. Onde estão as engenheiras? Em todos os espaços. E seguiremos lutando pela igualdade de direitos.

* SIMONE BAÍA é engenheira e diretora da FISENGE.

Estamos avançando e o número de mulheres engenheiras formadas tem aumentado consideravelmente nos últimos anos



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: secretaria@sengerj2.org.br
comunicacao@sengerj2.org.br

PRESIDENTE
Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA COLEGIADA
Adalberto Garcia Junior, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Herminio de Aguiar Caldeira, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antônio Cosenza, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Nei Rodrigues Bezerra, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Roberto Ricardo de Araújo Góes, Vera Bacelar Cantanhede de Sá e Victor Marchesini Ferreira.

CONSELHO EDITORIAL
Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Saraiva da Rocha e Miguel Santos Leite Sampaio

CONSELHO FISCAL
Titulares: José Stelberto Porto Soares, Paulo Cesar Quintanilha e Sônia da Costa Rodrigues
Suplentes: Antonio Carlos Alvares Grillo, Euler João Geraldo da Silva e Rogério Antônio da Silva Matos

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:
Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Repórter: Marcelle Pacheco

Diagramação: Leonardo Santos

Revisão: NPC

E-mail: imprensa@sengerj.org.br

Tiragem: 2.500 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida

Cinco razões para o povo lutar contra a privatização da Petrobrás

Lista mostra a importância da empresa para o Brasil

Fonte: CUT

Vivemos um momento de intenso ataque dos grandes capitais privados, nacional e internacional e de seus aliados nas esferas política, judicial e midiática aos trabalhadores e às riquezas da nação brasileira, em especial na área do petróleo.

Defendemos que os erros, desvios e corrupção sejam investigados, julgados e principalmente corrigidos. Todavia, sabemos que é muito melhor para o Brasil manter o controle do petróleo nas mãos do Estado do que qualquer privatização. Com a Petrobrás sob controle estatal, os recursos provenientes da extração do pré-sal podem ser investidos na educação, saúde, empregos e direitos.

Por isso, listamos cinco razões para lutarmos contra a privatização da Petrobras:

1 No Brasil há muito petróleo

O estudo realizado por Cleveland Jones e Hernane Chaves, do Instituto Nacional de Óleo e Gás da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), aponta a existência de 176 bilhões de barris aproveitáveis no pré-sal. Pelo atual consumo do Brasil, teríamos petróleo para mais 150 anos. Isto representa aproximadamente 27 trilhões de reais, e a Petrobrás tem a melhor e mais eficiente tecnologia para a exploração desta riqueza.

2 Retirar e industrializar o petróleo gera muito emprego

Em 2013, a Petrobras movimentou mais de 400 bilhões de reais e gastou 263 bilhões de reais na compra de insumos. Com isso, movimentou uma grande cadeia produtiva como navios, sondas, helicópteros, alimentos, ferro e tantas outras mercadorias. A maioria delas foi produzida no Brasil, por empresas nacionais



Com a Petrobrás sob controle estatal, os recursos provenientes da extração do pré-sal podem ser investidos em saúde e educação

Com o pré-sal, criou-se um fundo social que, junto com os royalties, deverão ser aplicados principalmente na educação e saúde

e com trabalhadores locais. Isto só é possível porque a Petrobras continua no domínio do Estado.

3 A produção de petróleo e seus derivados gera muito dinheiro que fica nos municípios, estados e nação

No ano de 2013, a Petrobras repassou 106 bilhões de reais, arrecadados na forma de tributos, para as esferas federal, estaduais e municipais. Neste período, São Paulo foi o estado que mais aumentou seu ganho, rece-

bendo mais de 500 milhões de reais no ano apenas em royalties.

E com o pré-sal, criou-se um fundo social que, junto com os royalties, deverão ser aplicados principalmente na educação e saúde.

4 A Petrobras é uma das maiores e mais eficientes empresas do mundo

A Petrobras é hoje uma das empresas mais eficientes do mundo e cresce, em média, 9% ao ano. Atua desde a retirada do petróleo até o posto de gasolina para distribuir o combustível, incluindo a operação de usinas térmicas que produzem energia elétrica.

Neste caso, quando a empresa tem dificuldade num setor, outra área serve como compensação, o que mantém o alto nível da estatal e possibilita investimentos em novas descobertas de petróleo e gás.

5 Os trabalhadores do setor do petróleo são muito eficientes

Atualmente, a Petrobras emprega cerca de 80 mil trabalhadores diretos e mais de 200 mil indiretos – terceirizados –, que atuam na cadeia do petróleo. São eles que produzem estas extraordinárias riquezas e milhares de produtos que são utilizados pela sociedade todos os dias.

Realizam um trabalho que garante a segurança nacional no abastecimento de combustível e são os herdeiros da luta de todo povo brasileiro que repetem desde a década de 50 que “o petróleo é nosso”.

Por estas razões precisamos lutar para garantir que o petróleo e a Petrobras estejam nas mãos do estado brasileiro, com controle popular. Pela soberania nacional, precisamos evitar que esta riqueza se esvaia para os bolsos do capital privado.

Golpe afasta presidenta eleita Dilma Rousseff do poder

Outro dia 31 entra para a história como o dia em que derrubaram um governante eleito democraticamente pelo povo, assim como aconteceu com João Goulart, em 1964

Outro 31 entrou para história como o dia em que derrubaram uma presidente eleita democraticamente. No dia 31 de março de 1964 foi João Goulart, igualmente deposto pelo Congresso, e em agosto de 2016 foi Dilma Rousseff, a primeira mulher a ocupar o mais alto cargo da política brasileira.

A presidenta deposta Dilma Rousseff fez um pronunciamento, na tarde do dia 31 de agosto, no Palácio da Alvorada, para falar sobre seu afastamento definitivo da Presidência República, confirmado em votação do Senado.

Em seu discurso, Dilma disse que vai “recorrer em todas as instâncias possíveis” contra o que chamou de “fraude”, “farsa jurídica” e “golpe de Estado”. Ela afirmou que este não é um momento para dizer adeus, mas “até daqui a pouco”, e convocou os brasileiros à luta.

“A descrença e a mágoa que nos atingem em momentos como este são péssimas conselheiras. Ouçam bem: eles pensam que nos venceram, mas estão enganados. Sei que todos vamos lutar. Haverá contra eles a mais firme, incansável e enérgica oposição que um governo golpista por de ter”, disse Dilma.

“Esta história não acaba assim. [...] Não voltaremos apenas para satisfazer nossos desejos ou vaidades, nós voltaremos para continuar

a nossa jornada rumo a um Brasil onde o povo é soberano”, continuou a petista. “Proponho que lutemos todos juntos contra o retrocesso, contra a agenda conservadora.”

No início de sua fala, Dilma disse o “projeto nacional progressista, inclusivo e democrático” que representa está sendo interrompido por um programa que representa o “retrocesso social” e “o mais radical liberalismo econômico”.

“O golpe é contra o povo e contra a nação. O golpe é misógino, é homofóbico, é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência”, afirmou a petista, que se julga vítima de “machismo e misoginia”.

“As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez em que uma mulher assumiu a Presidência, o machismo e a misoginia mostraram suas feias faces.”

Dilma também disse que seu afastamento definitivo coloca no poder “um grupo de corruptos investigados”.

“Com a aprovação do meu afastamento definitivo, políticos que buscam desesperadamente escapar do braço da Justiça tomarão o poder

unidos aos derrotados nas últimas quatro eleições. Não ascendem ao governo pelo voto direto, como eu e Lula fizemos em 2002, 2006, 2010 e 2014. Apropriam-se do poder por meio de um golpe de Estado”, disse.

“Causa espanto que a maior ação contra a corrupção da nossa história leve justamente ao poder um grupo de corruptos investigados.”

PRIMEIRO ATO APÓS O GOLPE

Mais de cem mil pessoas participaram do protesto contra o governo Temer (PMDB) no dia 04 de agosto, primeiro domingo após o golpe, na Avenida Paulista. A manifestação, organizada de forma unitária pelas frentes

Brasil Popular e Povo Sem Medo, criticava o processo de ruptura institucional no país e a agenda de retirada de direitos anunciada pelo peemedebista.

Cada uma das frentes articula diversos movimentos populares, entidades sindicais, organizações feministas, estudantis e de juventude.

Os manifestantes começaram a se concentrar em frente ao Masp e, de lá, se dirigiram ao Largo da Ba-

tata, na zona Oeste da cidade de São Paulo.

O número de pessoas que compareceram ao ato foi divulgado pelos organizadores. A PM não divulgou estimativa.

A pauta dos protestos estava focada em críticas a Temer e suas propostas.

“Quem acha que [tudo] acabou com a votação no Senado está enganado. O jogo só começou, e vai ser decidido nas ruas”, afirmou Guilherme Boulos, do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que também questionou a legitimidade da Casa para decidir o futuro político do país.

Para as entidades presentes, o impeachment, além de ilegal, carrega um conteúdo contrário aos interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras. “Depois da farsa jurídica, o golpe se revela na tentativa de liquidação de todos direitos trabalhistas, previdenciários e sociais, além do ataque à soberania nacional com a privatização do pré sal”, apontou Júlio Turra, da executiva nacional da CUT.

O tema do Pré-Sal também foi lembrado por Cibele Oliveira, do Sindicato dos Petroleiros de São Paulo: “Existem interesses nacionais e internacionais no golpe. Um deles é o Pré-Sal. Nós temos a terceira maior reserva do mundo. Ninguém duvida do interesse pelo pe-

Haverá contra eles a mais firme, incansável e enérgica oposição que um governo golpista por de ter

tróleo no oriente médio, mas aqui sim."

Gilmar Mauro, da coordenação nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), destaca que, a partir de agora, "vamos ter manifestações permanentes". "Várias categorias vão fazer mobilizações corporativas, tem greve dos bancários, tem Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária. Está se construindo a possibilidade de uma greve geral", aponta.

Para o coordenador do MST, "se as ruas, a juventude, os movimentos populares, se nós conseguirmos fazer uma greve geral, não tenho nenhuma dúvida que derrubaremos o governo golpista do Temer", descreve.

O protesto teve presença maciça de jovens. Além das palavras de ordem contra Temer, a Polícia Militar também foi fortemente criticada por conta da repressão nos atos durante a semana passada.

Integrantes do Levante Popular da Juventude carregavam uma faixa em solidariedade à militante do movimento, Deborah Fabri, que perdeu o olho esquerdo por conta de um fragmento de bomba.

"A violência policial deixa nos corpos da juventude as marcas do golpe", lamentou Barbara Pontes, do Levante. Em diversos momentos, os manifestantes pediam a desmilitarização da PM.

Junto aos jovens era possível encontrar manifestantes mais velhos, que comparavam o momento pelo qual passa o país com o contexto autoritário do passado.

"É uma outra modalidade, mas é uma ruptura democrática, que significa, como antes, um ataque aos direitos dos trabalhadores", disse Valter Ponte, 63, analista do judiciário.

REPRESSÃO

No fim do ato, quando grande parte das pessoas já começavam a se dispersar do Largo da Batata, a Polícia Militar entrou em confronto com manifestantes.

Antes da manifestação em São Paulo começar, 27 pessoas foram detidas em dois pontos distintos da cidade. Elas foram conduzidas ao Deic (Departamento Estadual de Investigações Criminais).



Dilma Rousseff discursa ao lado de aliados após o fim da votação no Senado, no dia 31 de agosto

FISENGE: repúdio ao golpe parlamentar no Brasil

No dia 31 de agosto, o Brasil assistiu à tragédia da democracia. 61 senadores usurparam o mandato da presidenta Dilma Rousseff, legitimamente eleita com 54 milhões de votos.

O país é vítima de um golpe parlamentar orquestrado pelas forças mais conservadoras e fundamentalistas, com o apoio da mídia. A agenda dos ufanistas é de retirada de direitos e de rompimento com a ordem democrática. A dita "modernização" da legislação trabalhista pretende dar mais um golpe: rasgar a CLT e a nossa garantia de direitos. Independentemente de filiação partidária, o momento é de união entre todas as forças progressistas comprometidas com o povo brasileiro.

Os golpistas comemoram. Nós, trabalhado-

res e trabalhadoras, seguiremos organizando e ocupando as ruas em insistente oposição. Não permitiremos mais retrocessos. A História há de cobrar sua fatura e nós temos a certeza de que estivemos e estamos do lado certo. Estamos ao lado da democracia e do Brasil. Convoquemos cada cidadão e cada cidadã a ocuparem as ruas, inflarem as vozes da coragem, fortalecerem coletivos e seguirem em luta. Temer jamais! Coragem para lutar sempre!

Federação Interestadual de
Sindicatos de Engenheiros

fisenge

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2016

Cooperação internacional para o desenvolvimento: a perspectiva sindical

Giulia Massobrio e Kjeld Jacobsen

Desde a década de 1970, vários países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em particular os europeus, começaram a destinar uma parte de seus recursos públicos à Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, gerenciada pelas centrais sindicais e agências de cooperação de organizações da sociedade civil dos países industrializados. Estes recursos foram importantes para apoiar o estabelecimento ou restabelecimento dos sindicatos reprimidos por governos ditatoriais da América Latina, África e Ásia, e para apoiar a sociedade civil nos países em desenvolvimento.

Por outro lado, esta política de cooperação apresentou diversos problemas, como insuficiência de recursos, limitação temática, condições inadequadas, análise de objetivos insuficiente, dificuldades de operacionalização, entre outros. Estes problemas, contudo, resolveram-se na medida do possível, por meio do diálogo democrático entre doadores e receptores. Enquanto isso, foram elaboradas diferentes propostas, como a adoção de um nível mínimo de 0,7% do PIB para financiar a cooperação internacional, o critério 20-20 para fixar contrapartidas, os novos métodos para desenvolver projetos e medir resultados, entre outros exemplos.

Desde a década de 1980, percebeu-se que a transferência total de recursos que os países “em desenvolvimento” pagavam aos países “desenvolvidos”, a título de dívida externa, tinha começado a superar em até três vezes a quantidade investida na cooperação internacional dos países industrializados. Por outro lado, na década de 1990 – período de conferências sociais da ONU –, ficou evidente que os objetivos e metas aprovadas pela ONU eram totalmente incompatíveis com as diretrizes econômicas draconianas emitidas por instituições econômicas internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

A privatização dos serviços

Neste novo século, o quadro piorou, pois a ofensiva do setor privado sobre os recursos destinados à cooperação internacional para o desenvolvimento visa à privatização dos serviços públicos. Neste sentido, no caso de empresas contratadas para construir uma instalação pública, por exemplo um serviço de abastecimento de água, além de a construção ser financiada com fundos de cooperação, o contratista também adquire o direito a explorar o serviço. Isto é, uma situação de win-win com um só jogador. Esta situação se agrava à medida que se fortalecem e se concentram as cadeias globais de fornecimento que avançam no setor dos serviços.

Com a desculpa de aproveitar os recursos do setor privado para a cooperação, na prática acaba-se favorecendo apenas este setor, pois a privatização dos serviços públicos é acessível somente a quem puder pagar por ele.

Outro problema, que criou numerosos obstáculos e impediu o enfrentamento da pobreza e de outros problemas sociais, é o critério da divisão das nações entre países “desenvolvidos”, “menos desenvolvidos” e de desenvolvimento ou renda “média”. Este critério mostra-se extremamente perverso, pois considera uma média de renda per capita superior à linha de pobreza, e ignora a pobreza e a desigualdade em nível regional. A sua adoção pela maioria dos países europeus obrigou seus sindicatos e agências de cooperação a aceitarem os critérios governamentais para a seleção dos beneficiários da cooperação, deixando de fora muitos países de “renda média” com grandes problemas internos de desigualdade.

Ao mesmo tempo, no mercado de trabalho aumentaram as violações de direitos trabalhistas fundamentais no mundo todo, especialmente em termos de liberdade de associação e negociação coletiva. A Organização Internacional do Trabalho (OIT), inclusive, foi objeto de ataques do setor empresarial, para limitar a liberdade sindical e extinguir

o poder normativo da instituição.

Diante destes fatos, surge a urgência de ampliar, democratizar e fortalecer a cooperação internacional para o desenvolvimento com a finalidade de responder às novas situações surgidas no mercado de trabalho das cadeias de abastecimento globais. Particularmente, a tentativa por parte das empresas multinacionais de se desvincular de qualquer controle estatal por meio dos “Arbitrados Investidor-Estado”.

Uma plataforma alternativa

Diante deste cenário, a Confederação Sindical das Américas (CSA) – maior expressão da força sindical do continente e representação regional da Confederação Sindical Internacional (CSI) – desde sua fundação defende um modelo de desenvolvimento sustentável com o trabalho digno e a justiça social em seu centro. Com esse objetivo, a CSA, junto a suas organizações filiadas, as entidades sindicais sub-regionais, organizações sindicais fraternas e movimentos sociais aliados, formulou em 2014 a Plataforma de Desenvolvimento das Américas (PLADA), documento estratégico no qual o movimento sindical da região apresenta sua proposta alternativa de desenvolvimento sustentável para as Américas.

Na PLADA, assim como em suas resoluções congressuais, a CSA reconhece os trabalhadores/as e suas organizações como atores de desenvolvimento, por seu trabalho de promoção de direitos. Portanto, considera-se que o movimento sindical deve ser proativo na área da cooperação ao desenvolvimento, pois nele se refletem diretamente as disputas relativas ao modelo de desenvolvimento.

Para realizar seu trabalho na área da cooperação ao desenvolvimento, desde 2008 a CSA e CSI constituíram a Rede Sindical de Cooperação ao Desenvolvimento (RSCD). Seu objetivo é, por um lado, trazer a perspectiva sindical para os debates políticos, a fim de incidir nas políticas de desenvolvimento nacionais e internacionais; por outro,

melhorar a coordenação e a eficácia das atividades sindicais relacionadas à cooperação para o desenvolvimento.

Em seu trabalho de incidência na área da cooperação ao desenvolvimento, a CSA defende a cooperação como política de Estado e rebate a sua privatização, por estar orientada ao lucro privado, em lugar do interesse público.

Quanto a princípios, a CSA afirma que toda cooperação – seja Norte-Sul, Sul-Sul ou Triangular – deve promover o enfoque de direitos humanos e respeitar determinados princípios, como a apropriação democrática, a coerência, a transparência, a responsabilidade e a sustentabilidade. Partindo desta premissa, considera que a cooperação Sul-Sul e Triangular têm o potencial de reformular as assimetrias históricas entre Norte e Sul, ampliando o marco global de governança da cooperação.

A CSA afirma, ainda, que a classificação dos países prioritários para a cooperação deve se basear num conjunto de indicadores além do PIB per capita, como a pobreza multidimensional, o enfoque de brechas estruturais ou a avaliação do índice de desenvolvimento humano.

Tendo esta visão como referência, o movimento sindical das Américas está comprometido a participar ativamente – aliado a outros movimentos sociais – no processo de definição, implementação e avaliação das políticas de desenvolvimento e cooperação dos Estados. Neste marco, a CSA pretende incidir na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030) e dos acordos do processo global sobre financiamento do desenvolvimento, reivindicando uma proposta de desenvolvimento construída pelo movimento sindical, cuja sustentabilidade permita harmonizar as dimensões trabalhista, social, política, econômica e ambiental.

**Giulia Massobrio e Kjeld Jacobsen, Rede Sindical de Cooperação ao Desenvolvimento, Confederação Sindical das Américas (CSA).*

¹CSA <http://www.csa-csi.org/HomeIII Congreso.asp> CSI <http://www.ituc-csi.org/?lang=es> • ²<http://www.csa-csi.org/Include/ElectosFileStreaming.asp?FileId=3839> • ³<http://www.csa-csi.org/Redes-GT-s-Red-de-Cooperacao-4624>

Dia Nacional da Saúde: 8 notícias para entender as ameaças ao SUS

Neste 5 de agosto, lista lembra ações e iniciativas que colocam o sistema público de saúde em xeque

Fonte: Brasil de Fato

No dia 5 de agosto comemora-se o Dia Nacional da Saúde, que rememora o nascimento do sanitarista Oswaldo Cruz. O homenageado contribuiu para a estruturação das ações de saúde pública no Brasil, que está sendo gravemente ameaçada com projetos de cortes no orçamento e de desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS) pelo governo interino.

O SUS é um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo, que abrange desde o simples atendimento ambulatorial até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país. Cerca de 75% da população depende exclusivamente do SUS para tratamento médico, segundo dados do IBGE 2013.

Por isso, projetos como o de criar "planos de saúde populares" fazem com que não se tenha o que comemorar neste dia 5 de agosto.

Para ter dimensão dessas ameaças, selecionamos oito textos dos últimos dois meses que mostram a situação atual da saúde pública no país:

1) Temer decide cortar auxílio de trabalhadores afastados por doença

O governo interino de Michel Temer decidiu restringir o acesso e cancelar boa parte dos benefícios previdenciários por incapacidade, como o auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. As mudanças, já em vigor, constam na Medida Provisória (MP) 739, que permite a realização de perícia médica para reavaliação de todos os segurados.

2) Mais Médicos completa três anos ainda sob ataque

Alvo de polêmicas desde seu lan-



çamento, o programa Mais Médicos completou três anos em julho e, apesar da avaliação positiva da população beneficiada e de órgãos internacionais, ainda sofre ataques e pode ser descaracterizado pelas mudanças propostas pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) ao Ministério da Saúde.

3) Criação de 6 mil leitos no SUS está ameaçada pelo governo Temer

O ministro interino da Saúde, Ricardo Barros, já sinalizou que não deve buscar aumento de subsídios para o setor, em oposição às metas traçadas no plano nacional, como a ampliação das crianças vacinadas no país, de 76% para 85%; a criação de 5.994 leitos, sendo 4.080 de terapia intensiva (UTI); a implementação de brinquedotecas de todos os hospitais federais; 500 novos centros odontológicos; 732 novos laboratórios de próteses dentárias e 480 Centros de Atenção Psicossocial (Caps).

4) Ministro da Saúde não vai distribuir vacina contra a dengue pelo SUS

Ministro interino da Saúde, Ricardo Barros (PP) afirmou que a va-

cina contra a dengue não será ofertada gratuitamente pelo SUS. Segundo o ministro, cada estado deverá comprar as doses, se achar necessário. A declaração frustra a possibilidade de atenuar a epidemia da doença, que já registrou 802.249 casos prováveis até o dia 2 de abril, de acordo com boletim epidemiológico publicado pelo próprio Ministério.

5) Oposicionistas retomam frente parlamentar do SUS para atuar contra a PEC 241

De acordo com a PEC, a regra do reajuste pela inflação, sem crescimento real das despesas, vigorará por 20 anos. O governo poderá propor, por meio de projeto de lei, a revisão desse critério, para vigorar a partir do décimo ano de vigência da emenda constitucional. Conforme a explicação do Executivo, quando encaminhou a matéria ao Congresso, o objetivo da medida, chamada de "Novo Regime Fiscal", é conter o crescimento das despesas federais.

6) Editorial: um golpe no SUS

Logo de início, Temer nomeou como Ministro da Saúde Ricardo

Barros, engenheiro de Maringá cuja campanha para deputado federal em 2014 contou com um plano de saúde como o maior financiador. Em sua primeira entrevista como ministro, afirmou que o tamanho do SUS precisa ser revisto, que não é possível garantir o direito à saúde escrito na Constituição e defendeu a saúde privada. Afirmou que pretende diminuir a quantidade de médicos cubanos no Brasil e os manter somente em áreas em que médicos brasileiros não queiram ir.

7) Senado pode aprovar corte de até R\$ 45 bilhões na saúde

O Senado Federal está prestes a votar, em segundo turno, uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 143 que retira a obrigatoriedade de gastos em saúde e educação, no valor de 20% da arrecadação de impostos dos estados e municípios. No caso da União, esse percentual seria de 30%. Essa desvinculação das receitas duraria até 2023, de acordo com a proposta. Para se ter uma ideia, o Conselho Nacional de Saúde estima que, se a medida for aprovada, a perda para o setor de saúde será de R\$ 35 bilhões a R\$ 45 bilhões já em 2017.

8) Ministro da Saúde anuncia que quer acabar com o SUS

O ministro da Saúde disse que o país não conseguirá mais sustentar direitos básicos dos cidadãos, como o acesso universal à saúde. Ele alegou que faltam recursos e que o Governo Federal não teria condições financeiras para dar esse tipo de garantia aos brasileiros.

Edição: Camila Rodrigues da Silva

Fisenge lança caderno sobre 50 anos do Salário Mínimo Profissional

Em comemoração aos 50 anos da lei 4.950-A, a Federação Interstadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) lançou um caderno e uma cartilha de bolso sobre o Salário Mínimo Profissional. “A comemoração dos 50 anos da lei atravessa um momento conturbado no cenário político brasileiro. Com a paralisação da economia, as demissões de engenheiros aumentam, as empresas estrangeiras estão assumindo os contratos e, por conseguinte, estagnando a produção tecnológica nacional. Mais do que comemorar, os tempos são de afirmação de direitos e defesa da democracia brasileira”, afirmou o presidente da Fisenge, o engenheiro civil e sanitarista Clovis Nascimento.

Inspirada pelo engenheiro e político brasileiro Rubens Paiva, a lei 4.950-A de 1966, que instituiu o

Salário Mínimo Profissional, é de autoria do então deputado e advogado Almino Affonso. O SMP é um dos principais direitos da categoria, que prevê a utilização do valor de 8,5 salários mínimos para o piso inicial para engenheiros, agrônomos, químicos, arquitetos, médicos veterinários, todos no regime celetista. Uma das lutas é pela extensão da lei aos estatutários. “Temos um valor que é o piso mínimo estabelecido e, embora muitas empresas insistam em descumprir, nós, mulheres engenheiras, conseguimos entrar no mercado de trabalho com um valor salarial igual. É claro que não encerra com as vulnerabilidades, uma vez que homens ocupam mais espaços de poder e seus salários aumentam com maior frequência”, disse a diretora da mulher da Fisenge, a engenheira química Simone Baía.



O novo caderno do SMP é publicado pela Fisenge

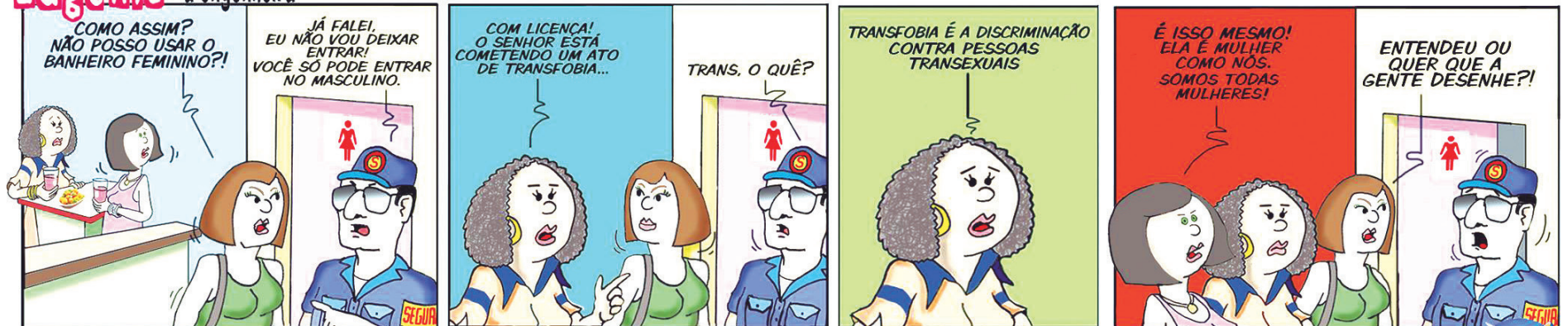
tanto, recebeu o veto integral do então presidente. As entidades da engenharia e dos engenheiros brasileiros participaram das lutas pela regulamentação da profissão, e também pela valorização profissional. Graças a essa constante mobilização foi possível conquistar o estabelecimento do Salário Mínimo Profissional e derrubar o veto presidencial.

O caderno é uma produção conjunta da Fisenge com o Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC) e também conta com charges de Carlos Latuff.

A lei foi aprovada durante o governo do primeiro presidente do regime militar, marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. No en-

produção conjunta da Fisenge com o Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC) e também conta com charges de Carlos Latuff.

Eugênia - a engenheira



fisenge

Coletivo de Mulheres



Senge.RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: secretaria@sengerj2.org.br
comunicacao@sengerj2.org.br